

O Estado de São Paulo
Segunda-feira, 7 de janeiro de 2002

Caleidoscópico argentino

AUTÓPSIA DO COLAPSO NÃO JUSTIFICA MUDANÇA DE POLÍTICAS NO BRASIL

MARCELO DE PAIVA ABREU

É difícil não ficar chocado com a dramática crise de credibilidade econômica e política na Argentina e ver um grande país trocar de presidente quase com a mesma frequência com que se troca uma camisa. E também preocupado com as enormes dificuldades envolvidas na superação deste quadro.

Não que o colapso fosse inesperado. Era quase que inexorável, dada a teimosia de Domingo Cavallo, que se aferrou à sua política irrealista de manutenção da paridade entre o peso e o dólar muito além do que poderia ser considerado realista. O adiamento de decisões cruciais, em vista do reconhecimento do impacto político da derrama gerada pela desvalorização cambial e pelo default, aumentou enormemente a virulência da crise.

Parte da culpa pela sobrevida das políticas de Cavallo deve ser lançada à conta do "mercado" e do Fundo Monetário Internacional, durante longos anos comprometidos com uma postura que beirava a leniência com a Argentina, enquanto ao Brasil sempre cabia o papel de "patinho feio", embora os fundamentos macroeconômicos não justificassem tais avaliações. É neste quadro que o endurecimento da posição do FMI parece caracterizar mudança de regime conflitante com o papel que se esperaria que pudesse ser desempenhado pela instituição. Melhor teria sido ser mais reticente quanto ao realismo do que se propôs Cavallo, baseado em insistência à outrance na sua política macroeconômica do início da década de 1990 e, depois, quanto às prestidigitações utilizadas para mascarar o colapso de facto da paridade: empalmes, patacones et caterva. Assim, a lista de tentativas fracassadas de reprises de gestões de sucesso de ministros econômicos na América Latina, que inclui um exemplo portentoso também no Brasil, foi enriquecida de forma exemplar.

Fernando de la Rúa, em seu mandato presidencial melancolicamente interrompido, pautou-se pelo preceito inverso ao *gouverner c'est choisir* de Pierre Mendès-France: "governar é não escolher". Embora a teimosia de Domingo Cavallo pudesse ser confundida com pertinácia, a imagem pública de De la Rúa crescentemente retratava apenas falta de coragem política. A protelação de uma decisão clamada por todos explica por que houve transmissão fulminante da crise econômica para o terreno político, quando o governo optou por defender a paridade fixa com os desesperados "curraizinhos", limitando a conversibilidade do peso a uma quota determinada por conta bancária.

Assim, a União Cívica Radical, pela segunda vez desde 1989, comete haraquiri político ao abandonar a presidência aos peronistas antes do término do mandato. Neste caso, com o agravante de que havia ganhado a eleição presidencial em uma situação em que o boom cavallo-menemista claramente demonstrava fadiga. A cena abriu-se à reentrada dos lobos peronistas, de alcatéias diferentes daquelas que haviam ocupado a Casa Rosada nos anos 90.

Uma característica marcante dos peronistas a partir dos anos 90 é a sua postura camaleônica: o programa que levou Menem à presidência passava longe das políticas implementadas pelo menemismo pós-1991. Agora, volta com toda a força o peronismo tradicional, intervencionista e distribuidor de benesses, não necessariamente menos corrupto do que a alternativa reformista. No capítulo de extração de lições, será possível acompanhar com interesse quão eficientemente operará um sistema com um ministério da produção tripulado pela Unión Industrial Argentina.

O que se viu dos receiptários peronistas no terreno econômico até agora é alarmante. Quando falta credibilidade ao padrão monetário, e há grande relutância em admitir a mudança de sua paridade em relação a moedas plenamente conversíveis, é inevitável que aumente a propensão a criar novas moedas: patacones, argentinos. É como se no mundo austral não se aplicasse a lei de Gresham, aquela que diz que a moeda má expulsa a moeda boa. A recente proposta de introdução de taxas múltiplas de câmbio pode fazer sentido como regime de transição para uma taxa única flutuante. Mas, embora a adoção de regimes

cambiais múltiplos tenha sido eficaz no passado, lá e também aqui, é difícil justificar a sua adoção continuada no mundo atual.

Muitas das reações à crise argentina no Brasil, com as águas ainda mais turvas do que habitualmente, em vista da iminente abertura da campanha presidencial explícita, têm sido notáveis por sua superficialidade e oportunismo. A crise seria demonstração cabal do colapso do "neoliberalismo" e a implicação é que o campo estaria aberto para a readoção na Argentina, e obviamente, também, no Brasil, de políticas polares em relação ao "neoliberalismo": controles cambiais, tarifas altas, subsídios, enfim, o que alguns insistem em entender como "política industrial". Falso. A Argentina teve crescimento econômico medíocre e hiperinflação com as políticas intervencionistas adotadas no passado e não há nada que indique que a retomada de tais políticas possa implicar volta ao crescimento sustentado da "primavera" de 1963-1973. Da mesma forma, no Brasil, o modelo intervencionista entrou em colapso nos anos 80 e não há saudosismo que assegure a volta a uma trajetória de volta ao crescimento. É essencial que o drama argentino não cause também prejuízos por conta de lições equivocadas que dele possam ser extraídas. As reformas estruturais implementadas no Brasil desde a década de 90 devem ser aprofundadas e não revertidas. As lições argentinas importantes têm a ver com má gestão macroeconômica e falta de coragem política.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.